



Terras
do Côa

da Malcata ao Reboredo

os valores do Côa

Ficha Técnica

Título

Terras do Côa / da Malcata ao Reboredo
Os Valores do Côa

Promotor e Editor

Estrela-Côa – Agência de Desenvolvimento Territorial da Guarda

Concepção e Coordenação

Parque Arqueológico Vale do Côa

Fotografia e Secretariado

Centro Nacional de Arte Rupestre

Edição co-financiada por

Programa de Desenvolvimento Integrado do Vale do Côa (PROCÔA)
Promoção do Potencial de Desenvolvimento Regional (PPDR)

Design Gráfico

José Luís Madeira

Execução

SerSilito - Empresa Gráfica, Lda./Maia

Tiragem

1500 exemplares

Depósito legal

124831/98

ISBN

972-97832-0-9

1998

Fotografia da capa

Gravura rupestre de 1944, Foz do Rego da Vide, Vale do Côa (CNART)

Terras do Côa Da Malcata ao Reboredo

COORDENAÇÃO:

Alexandra Cerveira Pinto S. Lima

FOTOGRAFIA:

Manuel Almeida

AUTORES:

ALEXANDRA CERVEIRA PINTO S. LIMA

Mestre em Arqueologia (Instituto de Conservação da Natureza, colaboradora do Parque Arqueológico Vale do Côa)

ANA MARGARIDA CARVALHEIRA

Mestre em História de Arte

ANTÓNIO FAUSTINO DE CARVALHO

Mestre em Pré-História e Arqueologia (Parque Arqueológico Vale do Côa)

ANTÓNIO MARTINHO BAPTISTA

Arqueólogo (Director do Centro Nacional de Arte Rupestre)

FERNANDO MAIA PINTO

Arquitecto (Director do Parque Arqueológico Vale do Côa)

FRANCISCO SANDE LEMOS

Doutorado em Pré-história e História da Antiguidade (Unidade de Arqueologia da Universidade do Minho)

GASPAR MARTINS PEREIRA

Doutorado em História Contemporânea (Professor da Faculdade de Letras da Universidade do Porto; coordenador do Grupo de Estudos Históricos da Viticultura Duriense e do Vinho do Porto - GEHVID)

GONÇALVES GUIMARÃES

Mestre em Arqueologia (Director da Casa Municipal de Cultura/Solar Condes de Resende, V.N.Gaia; assistente convidado da Universidade Portucalense Infante D. Henrique)

HELOÍSA SANTOS

Arqueóloga (investigadora do GEHVID)

ISABEL ALEXANDRA LOPES

Arqueóloga (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigadora do GEHVID)

ISABEL MARIA FERNANDES

Bolseira de Doutoramento do Praxis XXI / Universidade do Minho

JORGE ARGÜELLO

Doutorado em História (pela Univ. de Oviedo) e bolseiro de pós-Doutoramento da *Fundación para el Fomento de la Investigación Científica Aplicada y Técnica del Principado de Asturias*

JORGE FORTUNA

Ecólogo (colaborador do Gabinete Municipal de Arqueologia e História da Câmara Municipal de Matosinhos)

LAURA CASTRO

Mestre em História de Arte (Departamento de Museus e Património da Câmara Municipal do Porto)

MARCOS OSÓRIO

Arqueólogo (Câmara Municipal do Sabugal)

MIGUEL AREOSA RODRIGUES

Mestre em Arqueologia (Instituto Português do Património Arquitectónico/Porto; investigador do GEHVID)

PAULA BARREIRA ABRANCHES

Arqueóloga (investigadora do GEHVID)

PAULO DORDIO

Mestre em Arqueologia (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigador do GEHVID)

RICARDO TEIXEIRA

Mestre em Arqueologia (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigador do GEHVID)

SUSANA COSME

Arqueóloga (Casa do Infante/Câmara Municipal do Porto; investigadora do GEHVID)

SUZANA FARO

Pós-Graduada em Museologia (Responsável pelo Museu da Indústria Têxtil, Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão)

THIERRY AUBRY

Doutorado em Arqueologia (pela Univ. de Bordéus) (Parque Arqueológico Vale do Côa)

Sumário

Introdução	7	CAPÍTULO III	
CAPÍTULO I		CONSTRUÇÃO E ESPAÇO SAGRADO:	
CENTROS DE POVOAMENTO:		UM PERCURSO PELA ARQUITECTURA RELIGIOSA	
UM PERCURSO PELAS VILAS MEDIEVAIS		Património Religioso Edificado e Arte Sacra.	
Notas de viagem pelas vilas do Riba Côa e algumas vilas no Riba Douro	15	Registo de ocorrências discretas	103
I – Quatro antigas vilas que guardavam o Douro:		<i>O Mosteiro Cisterciense de Santa Maria de Aguiar</i>	117
Freixo de Espada à Cinta, Mós, Urros e Alva	15		
II – No final do século XIII a aldeia de Torre de Moncorvo		CAPÍTULO IV	
substituiu a vila de Santa Cruz da Vilarça	18	SABERES TRADICIONAIS: O BARRO, O FERRO E A SEDA	
III – Vila nova do rei D. Dinis na foz do rio Côa	22	A Olaria	135
IV – Vila Velha de Numão - Um projecto de investigação		– A olaria de Felgar / Larinho	136
arqueológica em curso	24	– A olaria de Santa Comba / Barreira	137
V – Três Comendas Velhas da Ordem de Cristo:		A Olaria de Malhada Sorda	141
Longroiva, Muxagata e Meda	30	O trabalho do ferro	144
VI – Da «cidade» romana dos Aravi à vila medieval e moderna		Olhares sobre a seda nas terras do Côa	151
de Marialva	32		
VII – Da <i>penela</i> alto medieval de «Moraria» à vila fortificada		CAPÍTULO V	
de Moreira de Rei	36	TERRAS DO CÔA: DOMINANDO A PAISAGEM	
VIII – A vila de Trancoso onde D. Dinis festejou as bodas do casamento		Património Natural do Vale do Côa: uma abordagem	163
com D. Isabel de Aragão	38	Senhora do Castelo de Urros	166
IX – Castelo Melhor e Almendra: duas vilas do reino de Leão		Senhora do Castelo da Adeganha	168
que passaram a ser uma só no Reino de Portugal	41	Senhora dos Montes Ermos	170
X – A vila leonesa de Castelo Rodrigo, a vila portuguesa de Pinhel		Marialva	173
e o passo do Côa na Ponte Velha	43	Sabugal Velho	174
XI – A vila medieval de Almeida sob a praça militar de fronteira		Caria Talaia	176
dos séculos XVII e XVIII	51	Sortelha	178
XII – A vila leonesa de Castelo Bom, a vila portuguesa de			
Castelo Mendo e o passo do Côa no Porto de S. Miguel	55	CAPÍTULO VI	
XIII – Duas pontes do Côa no caminho entre três vilas leonesas		TERRAS DO BAIXO CÔA:	
e duas vilas portuguesas	59	PERCURSOS DA INVESTIGAÇÃO ARQUEOLÓGICA	
		As gravuras, a beleza e a liberdade	183
CAPÍTULO II		O povoamento paleolítico da bacia do baixo Côa	184
O APROVEITAMENTO DE RECURSOS E A CONSTRUÇÃO		Do fim do Paleolítico à aquisição da Escrita no Baixo Côa	190
DA PAISAGEM: UM PERCURSO PELAS QUINTAS		A arte do Côa e Alto Douro e o Centro Nacional de Arte	
Apontamentos sobre a Vinha e o Vinho no Douro Superior	77	Rupestre (CNART)	196
O Côa, as quintas e o povoamento romano subjacente	85	Ler na Paisagem Contemporânea Paisagens Medievais e Modernas	202
– As Quintas	85	Das Escavações arqueológicas ao Museu de Sítio da Ervamoira:	
– Quintas, <i>villae</i> e povoamento em época romana	87	um programa global de investigação multidisciplinar	205
– Outras modalidades do povoamento romano	90	Projecto de Investigação Arqueológica do Território do Monte	
– Percursos	92	do Castelo (Almendra)	209



Capítulo III

Construção e espaço sagrado: um percurso pela arquitectura religiosa

Laura Castro
Ana Margarida Carvalheira

PATRIMÓNIO RELIGIOSO EDIFICADO E ARTE SACRA – REGISTO DE OCORRÊNCIAS DISCRETAS

De tempos a tempos traça-se na geografia do país, uma outra geografia, cultural e patrimonial, que deriva das exigências ligadas a novos estádios da investigação histórica sobre determinadas regiões. É o que acontece actualmente com este vale do Côa, a partir do impulso que representaram a descoberta de grandes núcleos de arte rupestre e as recém criadas estruturas de pesquisa, divulgação e conservação destes núcleos. Esta nova geografia obriga-nos a encarar a região sob um ponto de vista diferente, em que impera uma outra coerência, para a qual contribuem os itinerários de visita e estudo a traçar, numa região abordada, até ao presente, de forma muito dispersa e parcelar.

Os concelhos abrangidos, situados em Trás-os-Montes e na Beira Alta, consolidaram-se quer populacionalmente, quer em termos dos seus limites geográficos, tardiamente. Sempre foi uma zona pouco homogénea, na população e no desenvolvimento, conhecendo grandes assimetrias. As principais vilas são vilas de fronteira: Pinhel, Almeida, Sabugal e Trancoso e este facto não é alheio a alguns traços do seu património construído. A localização em zona fronteiriça implicou certamente influências e diálogos com as correntes castelhana e leonesa, que alguns autores apenas insinuam e indicam pontualmente. Atravessam-na caminhos de peregrinação que também deixaram marcas visíveis na decoração de alguns edifícios. As principais vias percorriam Castelo Rodrigo – Pinhel – Trancoso – Moreira de Rei – Sernancelhe – Tarouca - Lamego; ou Alfaiates – Sabugal – Belmonte – Guarda – Linhares – Mangualde – Viseu – Castro Daire; podendo ainda registar-se a passagem por Castelo Rodrigo – Foz Côa – Moncorvo ou Freixo de Espada à Cinta.

São às dezenas as igrejas de vilas, aldeias e lugares. A esmagadora maioria apresenta um aspecto muito simples, com fachadas em pedra nua ou caiadas e praticamente desprovidas de decoração, excepção feita para a moldura de um vão ou para a marcação da entrada num tratamento mais cuidado. No entanto, e como sempre faz a história da arte, é preciso recortar pedaços de território e verificar modos de construir, cuja regra é imposta por uma comunicação mais eficaz com modelos exteriores à região. Pontualmente, far-se-á uma chamada de atenção para casos que se enquadram naquele vasto panorama de obras anónimas, que sempre se secundarizam, quando soluções especialmente expressivas o justificarem. A historiografia dá pouco relevo a esta arquitectura provinciana que, com poucas excepções, não tem estimulado muito a investigação. Permanecem nos autores dúvidas quanto à datação das edificações



Fig. 1 – Igreja Paroquial de Sortelha



Fig. 2 – Igreja da Misericórdia de Alfaiates

Fig. 3 – Igreja Matriz de Escarigo



ou à atribuição de certas peças que decoram os seus interiores. Predomina o sentimento de transição em relação a numerosas igrejas que mantêm severidade românica mas insinuam já um arco típico de época posterior ou uma cobertura gótica. Edifícios de charneira, resistindo à inovação e deixando-se penetrar por novos modelos apenas muito lentamente, esta arquitectura é pouco permeável a datações imediatas e espontâneas.

Não é decididamente o território das grandes realizações que movimentaram poderosos estaleiros, das grandes comunidades monásticas, das grandes encomendas. Prolifera uma construção de cariz popular a insinuar os baixos recursos e a ausência de modelos de grande actualidade. Prolifera ainda uma construção muito tardia, às vezes mesmo epigonal, a provar a resistência à introdução de novas linguagens. O formulário rudimentar e a presença de uma tradição que ultrapassa limites que consideraríamos razoáveis (?), tornam-se numa das imagens mais fortes da arquitectura religiosa desta região. Por isso, é espantoso encontrar nesta área modelos de igrejas que revelam um tratamento muito cuidado e muito acabado. E eles existem. Terras duras e agrestes, pouco votadas à exposição dos seus principais valores, o facto de estarem arredadas de fortes circuitos culturais, foi propício a uma timidez que é a de não ser Espanha nem litoral português.

A história ocorre aqui em sinais discretos, sem a exuberância de conjuntos monumentais esmagadores, mas felizmente o significado civilizacional não é directamente proporcional ao aparato. Junto aos templos, ou semeados pelo caminho que leva até eles, percorrem-se os passos da via sacra, distinguem-se cruzeiros e apendres, elementos associados à vivência religiosa que, com as igrejas, constituem ainda hoje os equipamentos culturais dominantes. A presença do castelo e do pelourinho indicia uma importância na vida nacional e regional que, entretanto, se foi dissipando.

As contingências de visita a estas edificações, fora do horário das celebrações litúrgicas, impõem ainda o ritual da chave que requer uma demanda a casa próxima, uma conversa com os guardadores do templo ou a descoberta, inesperada mas reconfortante, da chave na porta ou da abertura da igreja para trabalhos de limpeza e prepa-

ração da missa. Outras contingências derivam da ausência de sinalização e identificação da esmagadora maioria dos edifícios. A informação é parca e há que aproveitar todas as oportunidades que surgem; contar, mais uma vez, com a presença das beatas que discorrem sobre as principais romarias, sobre as procissões e as deslocações dos santos de uma igreja para outra, em estágios festivos, muito concorridos, sobre cada uma das imagens dos retábulos e respectivos atributos, com uma ou outra referência – nem sempre fiável – à antiguidade da igreja e à última campanha de obras. É nestas informações que as igrejas cruzam a sua história com a das ermidas, dos cruzeiros, dos passos da paixão, que completam o quadro religioso da região. O facto de as igrejas estarem fechadas, num meio em que o património edificado anda muito em torno de igrejas e de castelos, não é convidativo. Casos como o de Freixo de Numão, com todas as igrejas e capelas bem sinalizadas, são ainda raros, e não são as indicações dos guias que fornecem elementos para a sua correcta localização, nomeadamente para os visitantes menos familiarizados com o vocabulário artístico e as especificidades epocais. Bastaria seguir o exemplo citado e identificar a igreja, indicar a sua data, ainda que aproximativa, o patrono e, eventualmente a festividade principal, já que são as romarias que sustentam a presença do edifício e contribuem para a sua perpetuação.

Escrita de circunstância e de impressões, o texto resultante dará, primeiramente, um panorama dos domínios mais expressivos do património religioso, fornecendo pistas de aproximação e, seguidamente, percorrerá um itinerário que passa pelo concelho mais a sul – Sabugal – seguindo para norte pela linha da fronteira, através dos concelhos de Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo, Freixo de Espada à Cinta e Moncorvo, iniciando então o regresso ao sul a partir de Foz Côa, Meda, Trancoso e Pinhel.

As edificações que espelham a Idade Média revelam um românico de traça simples e pouco ousada, de pequenas dimensões, ou um gótico em que são mais notórias as sobrevivências românicas do que as inovações estruturais ou espaciais do estilo. Neste conjunto, mesmo assim tardio, em que predominam exemplares dos séculos XIII e XIV, assinala-se o culto mariano e as pequenas igrejas junto das fortificações, quer no seu interior, quer nas suas imediações, repetidamente chamadas de Santa Maria do Castelo. O barroco introduziu, em algumas, os retábulos e a pintura que, longe de serem fatais para a sua «autenticidade», como se pretendeu fazer crer, prolongaram as suas oportunidades de sobrevivência impondo-se numa coerência muito especial. Vilar Maior (Sabugal), Pinhel, Trancoso, Adeganha (Torre de Moncorvo) e Castelo Rodrigo (Figueira de Castelo Rodrigo) dão bons exemplos deste primeiro grupo.

A época tardo-medieval, bastante avançada e que entra pelo século XVI, constitui terreno menos fértil



Fig. 4 – Igreja Matriz de Figueira de Castelo Rodrigo



Fig. 5 – Igreja Matriz de Escalhão

Fig. 6 – Igreja Matriz de Freixo de Espada à Cinta



de exploração nesta região. Exemplos manuelinos e proto-renascentistas podem, ainda assim, presenciar-se em Pinhel, Freixo de Espada à Cinta, Vila Nova de Foz Côa, Almendra e Torre de Moncorvo. Encontram-se neste grupo as igrejas mais referidas pela historiografia da arte portuguesa que dá especial relevo aos casos da matriz de Freixo e da matriz de Moncorvo. Do período manuelino, ou ainda de momentos mais avançados do século XVI, datam certas igrejas apresentadas frequentemente como românicas ou góticas: casos de Escarigo (Figueira de Castelo Rodrigo) e Vilar Formoso (Almeida).

As edificações da época moderna, datadas dos séculos XVII e XVIII, algumas sobre edifícios de fundação anterior que deixaram marcas da sua origem, são as que se encontram em maior número e aquelas onde é patente uma manifesta simplicidade de configuração, sobretudo ao nível do exterior.

As artes decorativas associadas a todo este panorama arquitectónico situam-se nos domínios da talha dourada e da pintura. Dos retábulos sobressai sistematicamente o da capela-mor, explorando o carácter primordial deste local para o corpo da igreja e para a celebração da liturgia, enfatizando um eixo longitudinal que vem da marcação do pórtico principal até à cabeceira da igreja. A talha enquadra ainda, em molduras mais ou menos espessas e salientes, os quadros pintados em que se organizam os tectos de caixotões, por vezes as únicas notas de colorido dos edifícios. A pintura surge ainda associada aos retábulos e aqui será de realçar o conjunto de Freixo de Espada à Cinta. O azulejo faz aparições bastante fugazes e não reveste grandes superfícies como acontece em certos edifícios do barroco português. Mas uma das manifestações

decorativas mais interessantes é a dos motivos mudéjares, visíveis, nomeadamente, na decoração dos tectos. Se é certo que manifestações deste teor existem desde a Idade Média, é um facto que os finais do século XV e todo o século XVI apresentam um crescimento do número de experiências realizado.

O concelho do Sabugal é o concelho mais a sul neste itinerário pelo vale do Côa. É do castelo que se obtém a melhor imagem para entender a implantação desta vila atravessada pelo rio. Mas não é junto à fortificação que se encontram as igrejas que interessa referir. Numa encruzilhada de vias, formando uma ilha envolvida pelas mais díspares construções, situa-se a Igreja da Misericórdia. É um edifício de raiz românica mas já do período gótico (séculos XIII / XIV), com

um pórtico de três arquivoltas simples, que conserva na fachada pedras com inscrições, classificadas, alusivas a medidas padrão – o côvado, medida de comprimento. A representação da medida está enquadrada por elementos geométricos e representações da Cruz de Malta, símbolo da Ordem a que pertencia o templo. É de traça muito austera, com um friso de modilhões na fachada lateral. Se as construções envolventes ostentam uma diversidade de materiais e formas muito recentes que não chegam a perturbar a sua leitura, o mesmo não pode dizer-se da Igreja de S. João, edifício de uma só nave, com o padroeiro num vitral do nicho da fachada principal. É absolutamente inacreditável observar que um prédio de habitação, de fraquíssima qualidade, se ergue a um escasso metro e meio da igreja, ocultando-lhe parte da fachada e retirando qualquer hipótese de dele obter uma visão completa. É necessário seguir a estreitíssima via entre a igreja e a dita construção para se avançar até à torre sineira, colocada lateralmente. Fora dos limites da vila, é nas aldeias de Sortelha, Alfaiates e Vilar Maior que vão encontrar-se outros edifícios com motivos de interesse.

Entre as fragas e os penedos da Sortelha, confunde-se o casario com a paisagem, tal é a harmonia da matéria e da cor. A Igreja Paroquial (fig. 1), de invocação a N.ª S.ª das Neves, não escapa a esta diluição e só a construção de uma plataforma para vencer o desnível do terreno, com escadaria e um adro, a destaca das edificações em volta, distanciando-a. Possui aquele recorte característico de muitas das igrejas desta zona do país, e não só, em que o branco se sobrepõe às uniões das pedras da construção. A igreja é do século XVI e apresenta um tecto mudéjar, num trabalho de madeira de que há inúmeros exemplares nesta região. A Igreja da Misericórdia de fundação possivelmente românica, situa-se fora do recinto amuralhado, encontrando-se hoje arruinada. Quer a primeira, quer a segunda, exactamente pela situação respectivamente central e excêntrica que ocupam, podem ajudar a entender a organização destes espaços em que, num caso como noutro, a igreja é um foco de centralidade da povoação.

Em direcção à fronteira vai encontrar-se Alfaiates com idêntica dualidade de construções: a igreja da Misericórdia e a paroquial. A Igreja da Misericórdia (fig. 2) é bastante arcaizante e tardia, com corpo baixo, cobertura em madeira e fraca iluminação. Se pela datação corresponderia ao gótico, a traça manifesta fortes resistências românicas. No seu interior encontra-se uma interessante peça de escultura medieval, do século XIII – uma pia baptismal com motivos geométricos. A Igreja Paroquial é dedicada ao orago Santiago da Pedra, data do século XVII e forma com o adro e a escadaria que o

Fig. 7 – Igreja Matriz de Torre de Moncorvo



liga a uma das vias circundantes, um conjunto extremamente interessante, dotando-a de ampla visibilidade. A fachada principal ostenta uma composição central com a porta ladeada por pilastras decoradas com finos relevos. Um janelão rectangular sobrepõe-se e é enquadrado por animais fantásticos que se enrolam como volutas, misto de sereias e leões. Nesta igreja as uniões entre os blocos de pedra também foram cheias com cimento e pintadas de branco, num acto decorativo pouco discreto mas que corresponde a um gosto popular de embelezamento e animação da superfície, embora descaracterize o aspecto geral da construção.

Vilar Maior faz parte de uma linha de povoados de fronteira que possui também o castelo que a habilitou a desempenhar um papel primordial nas questões conflituosas que entre Portugal e Espanha ao longo do tempo aconteceram, desde as mais remotas, ligadas à definição da fronteira, às mais recentes, associadas à entrada dos franceses, passando pelos episódios da ocupação e da restauração de 1640. A



Fig. 8 – Igreja da Adeganha

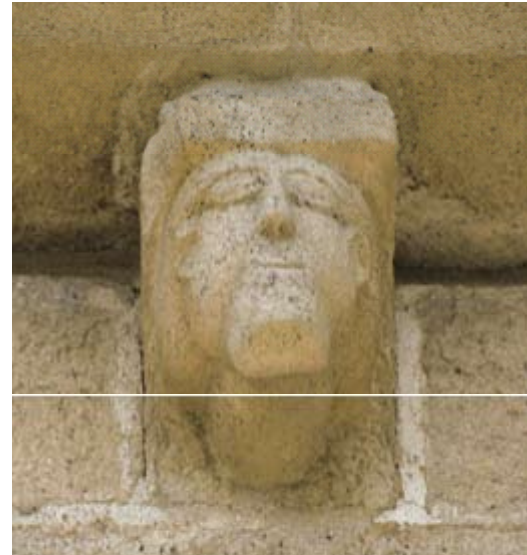
Igreja Matriz está rodeada de numerosas sepulturas que ocupam o pequeno adro. O pórtico é muito simples, ladeado por pilastras com motivos em baixo relevo. De invocação a S. Pedro, revela, no retábulo do altar-mor (ido do Convento de S. Francisco da Guarda) a colaboração e a circulação de peças entre os vários núcleos religiosos, o que dificulta a leitura imediata de certos espaços. Recebeu também a imagem de N.ª S.ª do Castelo que estava na Igreja de Santa Maria, bem como a pia baptismal, peça robusta com decoração visigótica. A igreja fica numa confluência de ruas, próximo da antiga judiaria, e contribui para o carácter homogéneo e integrado das construções mais antigas e das mais recentes, que nesta aldeia se observa. A Igreja de Santa Maria do Castelo, arruinada na consequência de um incêndio no início da década de 20, situa-se em frente ao cemitério e a dois passos do castelo, na zona alta da aldeia. Resta apenas o

arco triunfal e a capela-mor, já sem cobertura. Teria sido erguida no século XIII, possivelmente sobre um templo anterior. O cemitério liga-se à história desta igreja por lhe ter retirado a pedra para a construção dos seus próprios muros.

Continuando o trajecto que se desenha desde o Sabugal, continua-se para norte onde este concelho confronta com o de Almeida. Na sede do concelho, apercebem-se as vicissitudes por que passou a povoação, através da história dos seus locais de culto. Assim, e a título de exemplo, a Igreja Matriz ocupa a Capela do Convento de Nossa Senhora do Loreto, na área intra-muros, desde um acidente ligado às invasões francesas que destruiu a anterior matriz. A Igreja da Misericórdia, que ostenta um pórtico clássico, do século XVI, de características muito sóbrias, beneficiou de uma campanha de angariação de donativos para ver concluída a sua edificação.

Já a norte de Almeida será em Vilar Formoso e em Castelo Mendo, respectivamente na Igreja Paroquial

e na Igreja da Misericórdia, esta já do século XVII, que vão encontrar-se mais dois exemplares do trabalho de carpintaria mudéjar, no tecto da capela-mor destes dois edifícios, bem como na nave do último. Na ausência de pintura mural de relevo, nas igrejas medievais, é este tipo de cobertura, datável da transição do século XV para o século XVI, que lhes confere uma nota de policromia extremamente impressiva. A igreja paroquial de Vilar Formoso, dos séculos XIII/XIV, teria sido edificada pelos Templários e o seu modelo é idêntico ao de outras igrejas muito próximas da fronteira, com uma só nave, a cobertura de madeira e os arcos diafragma, quebrados, abrindo completamente o espaço interior. Quanto à já referida Igreja da Misericórdia de Castelo Mendo ou de S. Vicente, data provavelmente dos séculos XVI/XVII. A Matriz, cujo orago é S. Pedro, situa-se junto ao pelourinho, intra-muros, e é bastante mais tardia, possivelmente dos séculos XVIII/XIX. Uma só nave e talha dourada de difícil inserção em correntes definidas, espelha uma das características mais vulgares desta arquitectura sem escola, híbrida e ecléctica. Ainda em Castelo Mendo existem as ruínas da Igreja de Santa Maria do Castelo, situada na cidadela, cuja fundação poderá remontar ao século XIII. No século XVI, e à imagem do que se passou noutras igrejas, aplicou-se na capela lateral, um tecto mudéjar. A traçar a possível origem românica, mantêm-se os vãos com arcos de volta perfeita, sendo o arco triunfal, quebrado.



Continuando em direcção ao norte, e sempre na fronteira, o concelho seguinte é o de Figueira de Castelo Rodrigo. Antes da vila, vai aparecer o povoado fortificado de Castelo Rodrigo, onde a minúscula Igreja Matriz, de Rocamadour, de fundação românica, se apresenta extremamente frustre, com um pequeno adro. A cachorrada contorna-a a toda a volta e o pelourinho espreita, próximo. Todos os ingredientes de um passado interveniente de que hoje são os únicos testemunhos. No interior, o recheio decorativo data dos séculos XVI e XVIII, caso do tecto de caixotões da capela-mor com pinturas alusivas à vida de santos. Também antes da vila, mas junto à fronteira, numa estrada muito secundária, Escarigo possui um dos templos mais pequenos da região. Integrava a rota de peregrinação a Santiago de Compostela. A Igreja Matriz (fig. 3) é já do período manuelino, com uma só nave e arcos diafragma no interior, quebrados, abrangendo transversalmente todo o espaço da igreja, correspondentes aos contrafortes implantados no exterior. O modelo é o que já se apreciou na matriz de Vilar Formoso e tem ainda correspondente na igreja matriz de Vilar Torpim, deste mesmo concelho. O principal motivo de curiosidade de Escarigo consiste no tecto de laçaria mudéjar, do século XVI, onde impera o azul e o vermelho.

Figs. 9 e 10 – Igreja da Adeganha





Figs. 11 e 12 – Igreja Matriz de Vila Nova de Foz Côa



Finalmente, em Figueira de Castelo Rodrigo, a Igreja Matriz (fig. 4) está instalada numa pequena praça que sofreu obras recentes. Apresenta uma fachada equilibrada, com uma torre sineira lateral, imponente, base antiga de um ninho de cegonha, cujo pitoresco tem paralelo na figueira da Matriz de Torre de Moncorvo. O orago é S. Vicente. A fachada barroca apresenta uma composição unificada, com um pórtico ladeado por pilastras e rematado num frontão interrompido. Dois janelões rectangulares e um óculo, de pequenas dimensões, estabelecem uma linha triangular que encontra eco no remate final da fachada, de perfil ondulante e acolhedor. No seu interior sublinha-se o arco abatido sob o coro, que é de grande originalidade, com as suas aduelas em S. O inevitável retábulo em estilo nacional e o tecto de caixotões, com pinturas, na capela-mor, constituem o principal do seu recheio decorativo.

Ainda neste concelho, em Escalhão, a Igreja Matriz é dedicada a Nossa Senhora dos Anjos (fig. 5). É uma igreja de raiz tardo-medieval, situando-se a origem da actual construção à roda do século XVI, em cujo interior se apresentam valiosos retábulos em talha dourada e pinturas murais. Na capela-mor permanece o abobadamento gótico, de nervuras, mas o retábulo é em talha dourada, do século XVII. Apresenta ainda uma forte estrutura arquitectónica, com nichos para escultura e a divisão em andares, característica do período imediatamente anterior ao barroco, mas introduz já o remate típico do Estilo Nacional com os arcos de volta perfeita e as colunas torsas.

Avançando para norte, e ainda num itinerário de fronteira, encontra-se o concelho de Freixo de Espada à Cinta. A Igreja Matriz (fig. 6), situada no centro da vila, ocupa um lugar privilegiado, junto à Torre Heptagonal e à Misericórdia. É dedicada a S. Miguel e pertence à tipologia das igrejas salão, do final do gótico, algumas bastante tardias, já do século XVI. É uma igreja manuelina, de três naves de igual altura, de cinco tramos, e com uma cobertura em abóbada de nervuras a abranger as três naves, o que acentua largamente a fusão espacial pretendida e a leitura de um espaço unificado. Quase todos são unânimes em considerar o carácter erudito das suas soluções interiores. No entanto, se quanto à planta se trata de uma igreja de grande perfeição quando enquadrada naquela tipologia, dando

cabal expressão ao gótico espacial, já quanto à combinação de volumes, se observam ainda algumas resistências. Observem-se nomeadamente os contrafortes que ritmam as fachadas principal e laterais do templo, aparecendo também nos ângulos. O pórtico apresenta um arco abatido, sobre o qual se desenvolve uma composição trilobada rematada por dois pequenos e profundos óculos. Quer neste pórtico principal, quer nos dois laterais, é visível a decoração manuelina com os característicos motivos heráldicos que surgem igualmente nos fechos da abóbada. A colocação do retábulo da capela mor, de 1530, da oficina de Vasco Fernandes é, sem dúvida um dos momentos mais significativos da história da igreja. Com 16 painéis, representa, entre outras, as cenas da Natividade, da Apresentação no Templo, da Fuga para o Egipto e do Pentecostes Na capela-mor há ainda traços de pintura mural com frescos alusivos ao orago S. Miguel. Ainda na sede do concelho, a Igreja da Misericórdia data dos meados do século XVI e apresenta uma bela solução na abóbada de nervuras da capela-mor a traçar o manuelino, aproximando-se da existente na igreja matriz. A capela-mor, numa solução original, é mais larga do que a nave, única. Apresenta vestígios de frescos, com as cenas da Última Ceia e do Lava Pés e na abóbada, já referida, a decoração heráldica, corrente, com a esfera armilar e a cruz da Ordem de Cristo.

Iniciando agora uma incursão para o interior do território, atinge-se o concelho de Torre de Moncorvo. A sua Igreja Matriz (fig. 7) é a maior igreja de Trás-os-Montes, com um espaço vastíssimo, a tirar partido de um grande adro situado no centro da vila. Trata-se de uma construção renascentista, do século XVI, mas que mantém a composição espacial das igrejas do período manuelino, como é o caso da Matriz de Freixo de Espada à Cinta: três naves, de altura praticamente igual, cinco tramos e uma ampla abóbada que na capela-mor, de planta rectangular, é substituída pelo tecto de caixotões. A fachada revela uma imensa torre quadrangular rematada por uma balaustrada.

Essa torre forma um corpo avançado, no qual se inscreve a composição principal, tipo retábulo, que conjuga um pórtico renascentista, três nichos com escultura e, sobre estes, uma janela rematada em arco de volta perfeita e frontão triangular. Entre as imagens esculpidas encontram-se as de Santa Bárbara e de Santa Apolónia. No interior observa-se uma decoração rica, em que avultam os retábulos em talha do século XVIII, grupos escultóricos e frescos que representam, entre outras cenas sagradas, a Última Ceia e a Virgem Comungando, estes na capela-mor. Um dos retábulos mais valiosos representa, num tríptico gótico, a vida de Santa Ana e de S. Joaquim.

A talha retabular, em estilo nacional, aparece na Igreja da Misericórdia, de origem quinhentista. Do século XVI data o seu pórtico renascentista, numa fachada sóbria e austera, rematada por um frontão triangular onde se abriu o vão para o sino. Apresenta ainda o pormenor curioso de incluir nos medalhões que o ladeiam, a figura dos doadores, num gosto típico da época de personalizar as obras. O púlpito



Fig. 13 – Igreja Matriz de Almendra



Fig. 14 – Igrejas no recinto muralhado de Marialva



Fig. 15 – Capela de Santa Luzia (Trancoso)

esculpido em granito, do seu interior, renasce, constitui uma das peças mais originais da arte sacra desta zona. Próximo de Torre de Moncorvo, na aldeia de Adeganha, encontra-se uma igreja tardo-românica, o que nos dá a medida certa da presença de uma forte sobrevivência românica nas zonas de Trás-os-Montes e da Beira Alta (figs. 8, 9 e 10). Hesitando entre os finais do século XIII e o século XIV, apresenta um pórtico com arco quebrado de decoração geométrica, torre sineira, de dois arcos, no remate central da fachada. Apresenta um grande interesse pela sua decoração escultórica. A representação de motivos do quotidiano é visível na composição historiada da fachada, onde se relata um parto. Incluem-se ainda, no quadro dos temas do quotidiano, representações de pipas, numa clara alusão às colheitas vinícolas da região. A cachorrada apresenta ainda elementos animais, entre porcos, pássaros e touros. Na zona

de Adeganha existiu uma outra igreja, a igreja de São Mamede, de que se podem ainda hoje observar as ruínas no Baldoeiro, elevação sobranceira ao Vale da Vilariça.

Inicia-se agora o retorno ao sul desta região, começando pelo concelho de Vila Nova de Foz Côa. A presença da esfera armilar e da flor-de-lis surgem, quer no pelourinho (do século XVI), quer na Igreja Matriz (figs. 11 e 12), possivelmente de meados do mesmo século, com traçado manuelino, de invocação a Nossa senhora do Pranto, consagrada na imagem da Pietá. O pórtico apresenta a normal composição manuelina com arcos de recorte fino e elementos heráldicos, conservando da época gótica os pináculos que rematam os pilares laterais, muito finos, adossados. Finalmente, uma rosácea e um campanário original com três

vãos para os sinos. Aqui observam-se também três medalhões que anunciam já o gosto renascentista. O interior é de três naveas com quatro tramos e diferenças de altura quase desprezíveis. A capela-mor é coberta por tecto de caixotões, com cenas pintadas da Vida da Virgem e da Vida de Cristo e apresenta um tríptico pintado, do século XVI. A forte inclinação dos arcos e das colunas foi resultado do terramoto de 1755 o que levou a uma grande campanha de obras ao longo da segunda metade do século XVIII.

Em Almendra, aldeia do concelho, a Igreja Matriz (fig. 13), dedicada a Nossa Senhora dos Anjos, situa-se numa área desafogada, com uma envolvente liberta de construções. Encontra-se abaixo do nível da rua e, ao contrário do que seria de esperar, tal facto não reduz o impacto da construção que apresenta dimensões bastante acima da média das igrejas da região. Ostenta os pórticos principal e

laterais com uma decoração renascentista, visível nos medalhões e no tipo de capitel utilizado. Mantêm-se os contrafortes, marca de toda esta arquitectura, desde a mais resistente a esta onde são já notórias as novidades do Renascimento. O interior é bellissimo, de grande respiração com as colunas em pedra, de fuste simples, a determinar um espaço amplo, em que as três naves se fundem harmoniosamente. Enquanto o corpo da igreja é coberto em madeira, a capela-mor apresenta uma abóbada estrelada. A igreja integra-se numa tipologia comum no século XVI, que procura aperfeiçoar uma linguagem de depuração racional, de equilíbrio e simetria, procurando impor os princípios de uma linguagem humanista.

Avançando em direcção ao sul, encontra-se Freixo de Numão cuja Igreja Matriz é de raiz românica tendo sofrido grandes danos no século XVIII, ao que se seguiu a sua reconstrução no mesmo século: o século XVIII marca para esta aldeia um período florescente na construção religiosa. A ligação da torre sineira, imponente, à fachada da igreja ficou, no entanto, mal resolvida. A Capela de N.ª S.ª da Conceição data do século XVII, conforme inscrição que ostenta. É um bom exemplo das tentativas de adopção de uma linguagem arquitectónica, da busca da melhor solução para a composição de uma fachada e da dificuldade de articulação entre os vários elementos, muito rudimentarmente resolvida nas colunas e capitéis do pórtico com lintel rectilíneo.

No concelho seguinte, o da Mêda, será em Marialva que vai deter-se o principal foco de atenção. As duas igrejas no recinto do castelo – a da Misericórdia ou do Senhor dos Passos e a de Santiago - constituem os edifícios mais bem conservados de toda a cerca (fig. 14). Voltadas em direcções opostas ostentam uma pedra bem aparelhada e em blocos regulares expostos sem qualquer reboco. A Igreja da Misericórdia data possivelmente do século XVII e apresenta um púlpito exterior. De planta simples, rectangular, possui tecto de caixotões com pinturas alusivas a Vidas de Santos. O retábulo em talha dourada data já do século seguinte e é em estilo joanino. Apresenta um pórtico extremamente simples com elementos maneiristas visíveis nas pilastras laterais adossadas, no frontão e na decoração do nicho da fachada principal. A Igreja de Santiago é anterior, do século XVI e apresenta um pórtico com uma mera insinuação de decoração manuelina e um pequeno óculo, elementos que praticamente não criam no muro qualquer animação. Possui uma só nave e capela-mor rectangular, com tecto de caixotões, sem pintura e com revestimento geral de talha. Do adro destas igrejas estende-se a vista sobre a paisagem envolvente.

Segue-se Trancoso. Na sede de concelho, a Capela de Santa Luzia (figs. 15 e 16) revela uma interessante escultura nos modilhões, onde se encontram curiosas representações de figuras humanas e de seres mitológicos, nomeadamente uma das raras aparições de sereias de caudas entrelaçadas. É possível também observar o tratamento do tema do castigo numa representação em que um homem é engolido por uma fera. É uma igreja românica, datada do século XII / XIII, com corpo longitudinal, rectangular e arco triunfal, quebrado. Situada fora do núcleo urbano, integrada no cemitério, surge a Igreja de Nossa Senhora da Fresta

Fig. 16 – Capela de Santa Luzia (Trancoso)





Figs. 17 e 18 – Igreja de Nossa Senhora da Fresta (Trancoso)



(figs. 17, 18 e 19). Igreja românica, possivelmente da época da anterior, integra-se na tipologia da maioria dos templos deste estilo em Portugal: uma nave e a cabeceira, apenas com uma capela rectangular, cobertura em madeira nestes dois corpos. Na capela-mor descobrem-se sinais de frescos com temática da Anunciação e da Adoração dos Pastores. Ainda se pode observar, dado que a igreja se situa hoje no cemitério, como se formava o campo santo em redor da edificação religiosa. Interessante a escultura dos modilhões onde se apresentam figurações humanas de seres que parecem estar próximo da loucura ou assumir feições deformadas e caricaturais, como rostos com a língua de fora. A alusão ao castigo também se encontra, por exemplo, através de homens que procuram esconder o sexo, numa condição de pecadores envergonhados. A igreja foi muito alterada no século XVIII e o seu nome resulta da descoberta de uma imagem de

Nossa Senhora quando se procedeu ao desentaipamento de uma das suas frestas.

No mesmo concelho, na freguesia de Moreira de Rei, situa-se um dos templos mais interessantes deste itinerário: a Igreja de Santa Marinha. Românica, possivelmente da primeira metade do século XIII, é chamada a igreja velha, dado que há outra matriz, e está rodeada por um vasto conjunto de sepulturas escaçadas na rocha. De configuração muito simples, apresenta a cachorrada lateral e um pórtico sem decoração escultórica de relevo, exceptuando a inscrição de medidas-padrão (do côvado e do palmo) num dos seus colunelos. Apenas umas frestas a iluminá-la, não se registando sequer a presença de um óculo. Próxima do castelo e do pelourinho, a igreja e a necrópole assinalada revelam a riqueza e o significado do sítio.

Por último, o percurso traçado leva-nos a Pinhel. Aqui, a Igreja de Santa Maria do Castelo (fig. 20) foi a igreja matriz. Trata-se de uma igreja bastante arcaizante e tardia, com corpo baixo, cobertura em madeira e fraca iluminação. Se pela datação corresponderia ao gótico – século XIV - a traça manifesta fortes resistências românicas. Assinale-se a presença dos contrafortes e de um pórtico extremamente depurado, sem arquivoltas e colunelos, apenas sobrepujado por um pequeno óculo. No interior encontra-se um grupo escultórico do século XV, atribuído a Diogo Pires, o Velho. Permanece também o retábulo da capela-mor, do século XVII, com catorze pinturas sobre tela, representando a Vida da Virgem. Dois dos arcos do interior do templo, um deles o triunfal, apresentam pinturas a fresco.

Destaque ainda para duas igrejas no centro de Pinhel. Da primeira, a Igreja da Misericórdia (fig. 21), não se conhecem referências

exactas quanto à sua datação. Certos autores limitam-se a indicar a segunda ou terceira década do século XVI, enquanto outros referem a data de 1535. Em qualquer dos casos, é dos edifícios mais precoces da Beira Alta a seguir a traça manuelina, ostentando a esfera armilar na decoração da fachada principal, bem como as vieiras, marcas de Santiago, que surgem ao longo de uma das arquivoltas do pórtico. Este permanece ainda de um gótico pouco desenvolvido com o seu arco quebrado a dar forma às arquivoltas. Sobre ele, um janelão rectangular rasga o muro, a assinalar a única abertura para lá da porta. Aqui existiu um retábulo de 1537, em pedra de ançã, atribuído à escola coimbrã e que foi transferido para o museu. Mantém-se um interior rico composto por talha e um tecto de caixotões, pintados. O tecto e a talha retabular poderão ter sido colocados no século XVII. A segunda, a Igreja de S. Luís, data dos finais do século XVI. Foi inicialmente igreja do Convento de S. Luís de freiras clarissas, foi Sé no século XIX e serve hoje de igreja paroquial. O exterior, caiado de branco, deixa adivinhar algumas surpresas no interior, como sempre acontece com os edifícios abrangidos pela tendência da arquitectura plana cuja originalidade vem desse contraste entre um exterior despojado e um interior exuberante. Na capela-mor, o tecto em caixotões e a pintura, constituem os principais pontos de interesse. A talha é dourada mas o verde e o vermelho são também cores conjugadas. É este carácter popular que recorre a soluções muito interessantes para resolver problemas como o da composição simétrica na capela-mor desta igreja em que os azulejos, do século XVII, compõem uma falsa janela com grades, ilusão destinada a fazer pendant com uma abertura no lado imediatamente oposto.

Esta enumeração com notas descritivas, permite resumir o elenco de problemas passíveis de desenvolvimento: a introdução dos principais momentos da arquitectura nacional numa cronologia de território interior, fronteiriço; a ligação a correntes da vizinha Espanha; o sentido dos fenómenos de transição e dos epígonos, em história da arte; a existência de uma linha de construção, misto de sobriedade e eclectismo, à margem dos grandes modelos; as consequências das movimentações militares sobre o património religioso; as transferências do património móvel.

Toda esta área atravessa uma fase de profunda recuperação patrimonial que marca a época em que vivemos, plena de preocupações com o passado, resignada à obrigatoriedade de conservar testemunhos, generosa para com as épocas que entretanto introduziram alte-



Fig. 19 – Igreja de Nossa Senhora da Fresta (Trancoso)

Fig. 20 – Igreja de Santa Maria do Castelo (Pinhel)



rações ao figurino inicial. Observa-se a sinalização dos programas de recuperação financiados, entre outras, por essa entidade vaga chamada Europa e sente-se que estas campanhas serão decisivas para manter e divulgar a imagem da região, ainda que a ideia da contingência de todas as acções esteja presente. Esta dualidade, de compromisso com o tempo e de total contingência, paira inevitavelmente sobre os trabalhos de recuperação e restauro. E para o provar, observem-se outros momentos do passado preocupados com a preservação do património edificado. Perto de algumas igrejas fronteiriças, no adro, o padrão das Comemorações de 1940, numa atitude de paternalismo estéril, evoca as vicissitudes da ocupação estrangeira em legendas como: Foi saqueada, incendiada, sofreu pela Pátria. A Espanha é uma sombra. Junto a algumas destas igrejas subsistem outros elementos que lembram o passado conturbado: sabe-se, por exemplo, da existência de redutos militares ou fossos de defesa, remontando à época das invasões francesas.



Fig. 21 – Igreja da Misericórdia (Pinhel)

Percorreu-se um trajecto pontuado por inúmeros monumentos classificados, cuja protecção data de momentos escalonados ao longo de todo o século XX, desde os anos 10 aos anos 80, mas referiram-se igualmente edifícios não classificados. Em certos casos foi ao edifício, na sua totalidade, que a classificação se dirigiu, abrangendo inclusivamente o recheio decorativo e o património móvel. Noutros, apenas partes do edifício ou elementos do seu interior foram objecto de protecção e de classificação. Esta situação irregular, em parte derivada do facto de muitos dos exemplares construídos se encontrarem ainda em estudo, ajudou a elaborar um itinerário sem qualquer pretensão de exaustividade.

Uma nota final para o panorama bibliográfico que se oferece a quem pretender aprofundar as informações sobre esta região. Com poucas excepções, as monografias locais – de povoações ou de edifícios – não ultrapassam o mero plano descritivo a cotejar com a transcrição de documentos, realçados por opiniões pessoais onde se divisa um entendimento muito parcelar da realidade artística. Os guias existentes recorrem ainda, em grande parte e com citações nem sempre identificadas, ao pioneiro Guia de Portugal que a Fundação Calouste Gulbenkian reeditou recentemente. Finalmente é necessário percorrer esforçadamente as Histórias da Arte Gerais ou revistas como a Brigantia onde surgem, dispersas, referências ou artigos sobre o património. A base de dados da Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais e as publicações da Direcção Geral do Planeamento Urbanístico para as povoações em causa, serão elementos muito válidos a consultar.